

**COMPLEXIDADE  
DO ESPAÇO  
AGRÁRIO  
BRASILEIRO: O  
AGROHIDRONEGÓCIO E  
AS (RE)EXISTÊNCIAS  
DOS POVOS  
CERRADEIROS**

**COMPLEJIDAD  
DEL ESPACIO  
AGRARIO  
BRASILEÑO: EL  
AGROHIDRONEGOCIO Y  
LAS (RE)EXISTENCIAS  
DE LOS PUEBLOS  
CERRADEROS**

**COMPLEXITY OF  
THE BRAZILIAN  
AGRARIAN  
SPACE: THE  
AGROHYDROBUSINESS  
AND THE  
(RE)EXISTENCES OF  
THE CERRADEIROS  
PEOPLES**

**MARCELO RODRIGUES  
MENDONÇA**

**UFG/CAMPUS  
CATALÃO**

mendoncaufg@gmail.com

**Resumo:** O artigo pretende compreender a incorporação dos territórios cerradeiros a economia mundializada, analisando as transformações espaciais ocorridas nas últimas décadas. As áreas de Cerrado apropriadas pelo capital agroindustrial e financeiro, a partir da modernização do capital assegurou novos conteúdos na relação campo-cidade, destacando-se a mobilidade do capital e do trabalho e as novas configurações espaciais das pequenas e médias cidades, bem como, um novo (re)ordenamento do território. O cultivo de soja e, mais recentemente, da cana-de-açúcar são exemplos que expressam o movimento do capital a partir da modernização conservadora da agricultura, possibilitando uma reflexão sobre a complexidade da questão agrária no Brasil. As áreas de Cerrado vivenciam uma acelerada territorialização dos complexos agroindustriais e financeiros, inicialmente com o complexo grãos-carne e nos últimos anos com o setor sucroalcooleiro, combinados com a construção de dezenas de empreendimentos barrageiros. Aqui, são apresentadas algumas indagações sobre os impactos sociais e ambientais dessas atividades compreendidas no espectro do *agrohidronegócio* e, algumas considerações, já podem ser mencionadas: a cana-de-açúcar está ocupando áreas férteis e que produzem grãos; e os empreendimentos barrageiros inundam milhares de hectares de terras produtivas, predominantemente ocupada por camponeses, diferentemente do que dizem os *apologetas* do *agrohidronegócio*, firmados no discurso do progresso. Essas ações empreendidas ocasionam a desterritorialização de milhares de famílias camponesas, a redução na produção de alimentos, a precarização do trabalho e a destruição ambiental. Como contraponto ao modelo implantado, os *Povos Cerradeiros* constroem suas *(Re)Existências*, centradas na luta pela terra e pela reforma agrária e apontam as atividades agroecológicas enquanto contraponto à destruição ambiental e aos problemas sociais decorrentes da adoção pelo capital de práticas *(in)sustentáveis*. **Palavras-Chaves:** Questão agrária; Territórios em disputa; *Agrohidronegócio*; *Povos Cerradeiros*.

**Resumen:** El artículo pretende comprender la incorporación de los territorios cerraderos a la economía mundializada, analizando las transformaciones espaciales ocurridas en las últimas décadas. Las áreas de Bioma Cerrado apropiadas por el capital agroindustrial y financiero, a partir de la modernización del capital aseguró nuevos contenidos en la relación campo-ciudad, destacándose la movilidad del capital y del trabajo y las nuevas configuraciones espaciales de las pequeñas y medias ciudades, bien como, un nuevo (re)ordenamiento del territorio. El cultivo de soja y, más recién, de la caña de azúcar son ejemplos que expresan el movimiento del capital a partir de la modernización conservadora de la agricultura, posibilitando una reflexión sobre la complejidad de la cuestión agraria en Brasil. Las áreas de Bioma Cerrado vivencian una acelerada territorialización de los complejos agroindustriales y financieros, inicialmente con el complejo granos-carne y en los últimos años con el sector sucroalcoholero, combinados con la construcción de decenas de emprendimientos de diques. Acá, son presentadas algunas indagaciones sobre los impactos sociales y ambientales de esas actividades comprendidas en el espectro del *agrohidronegócio* y, algunas consideraciones, ya pueden ser mencionadas: la caña de azúcar está ocupando áreas fértiles y que producen granos; y los emprendimientos de diques inundan millares de hectáreas de tierras productivas, predominantemente ocupada por campesinos, diferentemente de lo que dicen los *apologetas* del *agrohidronegócio*, sostenidos en el discurso del progreso. Esas acciones emprendidas ocasionan la desterritorialización de millares de familias campesinas, la reducción en la producción de alimentos, la precarización del trabajo y la destrucción ambiental. Como contrapunto al modelo implantado, los *Pueblos Cerraderos* construyen sus *(Re)Existencias* centradas en la lucha por la tierra y por la reforma agraria y apuntan las actividades agroecológicas mientras contrapunto a la destrucción ambiental y a los problemas sociales decurrentes de la adopción por el capital de prácticas *(in)sustentables*. **Palabras-Claves:** Cuestión agraria; Territorios en disputa; *Agrohidronegócio*; *Pueblos Cerraderos*.

**Abstract:** The article intends to understand the incorporation of the Cerradeiros territories the worldwide economy, analyzing the occurred space transformations in the last few decades. The appropriate the Biome Cerrado areas for the agro-industrial and financial capital, from the modernization of the capital assured new contents in the relation field-city, being distinguished its mobility of the capital and the work and the new average small space configurations of the e cities, as well as, new (re)ordered of the territory. The culture of soy and, more recently, the sugarcane is examples that express the movement of the capital from the modernization conservative of agriculture, making possible a reflection on the complexity of the agrarian question in Brazil. The Biome Cerrado areas live deeply one sped up territorialization of the agro-industrial and financial complexes, initially with the complex grain-meat and in recent years with the sucroalcohol sector, combined with the construction of sets of ten of "barrage peoples" enterprises. Here, some investigations on the social and ambient impacts of these activities understood in the specter of the *agrohydrobusiness* are presented and, some consideration, already they can be mentioned: the sugarcane is occupying fertile areas and that they produce grains; and the "barrage peoples" enterprises flood thousand of hectares of productive lands, predominantly busy for peasants, differently of what they say 'apologys' of the *agrohydrobusiness*, firmied in the speech of the progress. These undertaken actions cause to the desterritorialization of thousand of families peasants, the reduction in the food production, the precarious of the work and the ambient destruction. As counterpoint to the implanted model, the *Cerradeiros Peoples* construct to its *(Re)Existences*, centered in the fight for the land and the agrarian reform and point the agroecologicals activities while counterpoint to the ambient destruction and the decurrently social problems of the adoption for the capital of practical *(in)sustainable*.

**Word-Keys:** Agrarian question; Territories in dispute; *Agrohydrobusiness*; *Cerradeiros Peoples*.

## INTRODUÇÃO

Inicialmente quero agradecer a AGB pela oportunidade e saudar a Comissão Organizadora pelo tema central do XVI Encontro Nacional de Geógrafos **CRISE, PRÁXIS E AUTONOMIA: espaços de esperança** e pelo convite para proferir a palestra na Mesa Redonda **A COMPLEXIDADE DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO: o(s) movimentos (s) do agronegócio e as resistências dos sujeitos sociais do campo**. O objetivo desta Mesa Redonda é refletir sobre os diferentes movimentos de expansão do capital no campo brasileiro (em especial os complexos grãos-carne, sucroalcooleiro, agroenergético e madeira-celulose) e as resistências que têm sido impostas pelos diferentes sujeitos sociais (indígenas, quilombolas, camponeses, cerradeiros etc).

Esse artigo é parte de reflexões que estamos construindo desde a defesa da tese de doutorado - A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano, defendida na Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, em 2004. Considerando a abrangência da temática e a presença de outros pesquisadores nessa Mesa Redonda, optei por fazer um recorte espacial, considerando o movimento do capital agroindustrial e financeiro nas áreas de Cerrado nas últimas décadas, mediante a crescente territorialização do *agrohídronegócio* no Planalto Central brasileiro. O Centro-Oeste e adjacências vivencia intenso processo de territorialização das empresas rurais com múltiplas capilaridades que demandam alterações nas formas de uso/apropriação da terra, nas relações sociais de produção e trabalho, nos conteúdos da relação campo-cidade, entre outros.

Recentemente, a imprensa, a academia e diversos setores formadores de opinião colocaram na agenda política mundial o aquecimento global, indagando, fortemente, acerca do futuro da humanidade, diante da escalada de destruição sócio-ambiental. Muitos demonstram teses alarmistas e catastróficas, outros salientam a necessidade do planejamento integrado e da imediata diminuição da emissão de gases tóxicos na atmosfera, entre tantas outras possibilidades. Entretanto, são poucos os que abordam a centralidade do problema, qual seja, a intensa crise do capitalismo, enquanto paradigma civilizatório, sendo a questão ambiental a forma mais evidente dos desequilíbrios do processo produtivo na contemporaneidade. Mas, diante da crise capitalista o próprio movimento do capital aponta as alternativas que podem assegurar a sua longevidade, destacando-se a gradativa substituição dos combustíveis fósseis e a ampliação de fontes energéticas renováveis capazes de assegurar o *bem estar* às condições de produção e reprodução.

Não há dúvida que os problemas sócio-ambientais se agravam, porém, poucos são os pesquisadores que se propõem a realizar uma reflexão sobre as causas e as possíveis ações de superação. A maioria adotou o discurso midiático, patrocinado pelos complexos agroindustriais e pelas *oligarquias financeiras mundializadas* que justificam a elaboração e a execução de políticas públicas consertacionistas para *salvar a humanidade*.

Apresentam como num passe de mágica a solução: a agroenergia, os agrocombustíveis entre tantas outras ações paliativas. É o agronegócio dos agrocombustíveis. Não podemos negar que a agroenergia expressa um movimento na busca de energias renováveis, consideradas mais limpas e autônomas, pois diminui a dependência em relação às áreas extratoras de combustíveis fósseis, implicando num redesenho da geopolítica mundial. São muitos os fatores que podem ser analisados, porém neste artigo, pretende-se discutir a relação entre a ampliação das políticas que intensificam o cultivo de plantas que servem à produção dos agrocombustíveis, com destaque para a cana-de-açúcar no Planalto Central Brasileiro e seus desdobramentos na produção de alimentos e no agravamento das questões sociais e ambientais.

Para tanto, o recorte espacial são as áreas de Cerrado, precisamente o território goiano que vivencia uma acelerada territorialização dos complexos agroindustriais e financeiros (grãos-carne, sucroalcooleiro, empreendimentos barrageiros etc). Aqui, são apresentadas algumas indagações sobre os impactos sócio-ambientais dessas atividades compreendidas no espectro do *agrohídronegócio*. Entretanto, por detrás dos discursos midiáticos

fortalecem-se ações devastadoras, sem, no entanto, colocar em pauta as reivindicações para a satisfação das necessidades básicas para milhões de brasileiros, agraciados, com a *indigência assistida*<sup>1</sup> patrocinada pelo Estado e aplaudida pela *filantropia social* que clama por justiça, desde que não ocorram mudanças estruturais na sociedade brasileira.

Mais uma vez, assiste-se a espetacularização da fome e da miséria para justificar os pactos sociais, os recursos públicos para ampliar os monocultivos (*commodities*), como se a fome fosse “solucionada” com a crescente produção dessas culturas. Sequer debatem a necessidade da reforma agrária, e/ou mesmo, de pensar as condições de sua viabilização a partir das experiências construídas pelos sujeitos sociais que lutam pela terra, pela água, pelos *territórios da vida* neste país.

Mais uma vez o debate é enviesado entre aqueles que se colocam favoráveis ou não ao *agrohidronegócio*, no caso a expansão das monoculturas para a produção de energia (cana-de-açúcar, soja, palma etc) combinadas com o represamento dos rios (empreendimentos barrageiros) para garantir *energia limpa*, abastecimento de água aos grandes complexos agroindustriais e as cadeias produtivas que alimentam a expansão e reprodução do capital. Evidentemente neste artigo não será possível refletir sobre todas as questões pontuadas, mas salientar que todas essas indagações são de natureza política e é no campo da política que necessitam ser discutidas.

## A CRISE DO CAPITAL TRAVESTIDA DA QUESTÃO AMBIENTAL

A conjuntura internacional frente à crise estrutural do capital, aflorada em 2008, fortaleceu as orientações assimiladas pelo Estado brasileiro, que considerou o setor agrícola como prioridade para assegurar os níveis de crescimento econômico e a geração de superávits primários. Assim a modernização conservadora da agricultura é intensificada com a efetiva necessidade de atender as demandas de algumas *commodities* no mercado internacional. Com o atributo de conservadora, entende-se a modernização como algo capaz de conservar inalterado o espectro de desigualdades, sobretudo, a concentração fundiária, não se associando sequer aos princípios das políticas compensatórias distributivistas, como também, extremamente seletiva, tendo em vista que a apropriação não é realizada por todos, mas apenas por uma minoria. (THOMAZ JUNIOR, 2000).

Na década de (19)90 a *commodity* selecionada como principal indicador das mudanças na política agrícola do país foi a soja – tornou-se a segunda maior geradora de receitas de exportação da balança comercial brasileira, perdendo apenas para o setor automobilístico – pois o seu cultivo atendia a necessidade de aplicação intensiva de capitais e de tecnologias. A territorialização do agronegócio, principalmente da soja, foi alarmante: são quase 23 milhões de hectares (em 2009, segundo estimativa do IBGE o Brasil plantou 22.914 mil hectares) cultivados e a implementação dessas monoculturas, principalmente nas áreas de Cerrado alterou, sobremaneira, as paisagens cerradeiras.

A modernização capitalista se caracteriza como a *vivificante arte do fazer-se plenamente*, entretanto é “[...] autodestruição inovadora, perpétua mudança e progresso, incessante, irrestrito fluxo de mercadorias em circulação”. Alves (2000, p. 19). A efemeridade e a mudança caótica a que assistimos expressam o movimento do capital na sua *inércia dinâmica* (SANTOS, 1994 e 2000), produzindo a *hibridagem* dos espaços, propiciando a exigência da fluidez, sustentada na densidade técnica dos territórios enquanto suportes da competitividade, portanto, da lógica do processo de (re)produção e autoexpansão do capital. A modernização capitalista é o resultado sócio-histórico da concorrência intercapitalista e da luta de classes.

Para Bihl (2004, p. 67) o conjunto do mundo capitalista atravessa uma crise estrutural global, mas as pesquisas centram suas investigações somente nos problemas que ela impõe ao capital. “E, sem dúvida, essa crise é, em primeiro lugar, uma crise da reprodução dessa relação social que é o capital.” Contudo, sendo o capital uma relação social, a sua crise, por natureza contraditória, só pode ser apreendida a partir do seu par dialético, o

<sup>1</sup> Ver Mendonça (2004).

trabalho. Assim, a crise do capital na contemporaneidade é também a crise do trabalho, portanto, dos movimentos sindicais e sociais. Daí concorda-se com a *inversão de perspectiva* proposta por Bihr (2004), de que a discussão deve ser realizada a partir dos desafios que as mudanças no capital provocaram sobre os trabalhadores, desde a crise do *pacto social democrata* e a fragmentação do trabalho, acarretando a heterogeneização, complexificação e polissemização com requintes de precarização das relações de trabalho.

A reestruturação produtiva do capital que vem sendo implementada em âmbito mundial e, mais precisamente, nas áreas de Cerrado, mediante a territorialização acelerada do *agrohidronegócio*, propiciou mudanças nas relações sociais de produção, com profundas alterações no trabalho e, especificamente, na ação política dos trabalhadores. A nova organização da produção e as consequentes mudanças nas relações de trabalho (superexploração, sujeição, precarização etc.) ainda não foram totalmente assimiladas pelas organizações sociais e sindicais (sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais, cooperativas, associações etc.), que não conseguiram dar as respostas adequadas às novas investidas do capital, seja no campo, seja na cidade.

O agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Porém, esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades foram utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo no Brasil e em suas diferentes fases, esse modelo passou por adaptações e modificações tecnológicas, aumentando a produtividade e intensificando a exploração da terra e dos trabalhadores.

A meu ver, o novo são as mudanças na relação capital x trabalho, fortalecidas pela reestruturação produtiva do capital, e as transformações no trabalho, que ocasionaram dinâmicas espaciais distintas daquelas do *plantation*. A complexificação, a intensificação e a precarização do trabalho espacializam os (re)arranjos do capital, que, em parceria com o Estado, protagonizam uma das mais ferozes ações contra o Cerrado e os *Povos Cerradeiros*<sup>2</sup>.

Isso porque compreendemos que, embora, existam peculiaridades geohistóricas, a centralidade é (re)pensar as formas de uso e exploração da terra, precisamente aquelas apropriadas pelo agronegócio que se territorializa e, paralelamente, desenvolve ações conjuntas com os complexos mínero-químicos (fertilizantes), montador-metalúrgico (automóveis e implementos agrícolas) e barrageiro (produção de energia e reserva de água para os irrigantes), consubstanciando no *agrohidronegócio*, como forma de assegurar as condições de produção/acumulação do capital. Esse processo conforma novas paisagens, cada vez mais excludentes e com uma diversidade de situações que necessitam ser pesquisadas, pois os territórios cerradeiros têm sido transformados em nome do progresso técnico e científico, implicando numa nova matriz espacial.

Mesquita (2004) chama atenção para a natureza excludente e predatória do modelo energético brasileiro quando se expande para as áreas de Cerrado, territorializando uma segunda onda de expropriação dos cerradeiros que teimam em *(Re)Existir* na terra e/ou construindo ações políticas para retornarem a terra.

A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado não eliminou as outras formas de exploração da terra construídas por camponeses, pecuaristas tradicionais e *trabalhadores da terra*, mas atravancou e cerceou a ampliação das formas que não estavam ancoradas nos pacotes tecnológicos, ditos modernos. Poucos camponeses conseguiram resistir e ainda assim, nas piores terras e vivendo situações de precarização social e ambiental em função

---

<sup>2</sup> Refere-se aos trabalhadores/camponeses que experienciam o labor na terra perfazendo formas de ser e viver coadunados com as especificidades edafoclimáticas do Bioma Cerrado. Historicamente constituíram formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais-sociais, experimentando formas materiais e imateriais de trabalho, que denotam relações sociais de produção e de trabalho, quase sempre, em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas práticas sócio-culturais. A novidade está em que, ao envidarem ações políticas como cavalgadas, passeatas, atos públicos, ocupação de prédios e edificações públicas e privadas, fechamento de rodovias, dentre outras, carregam sentidos permeados pelos saberes-fazer, fortalecidos pelas práticas sócio-culturais enraizadas a partir do labor na terra. Nesse sentido, compreendemos os trabalhadores/camponeses que lutam por terra e por Reforma Agrária como parte dos Povos Cerradeiros, pois apresentam ações políticas que objetivam reafirmar ações que expressam (Re)Existência. Maiores informações ver MENDONÇA (2004).



da avassaladora ação do capital agroindustrial e financeiro. Para sobreviverem, se organizaram e passaram a *disputar territórios* com o agronegócio (recursos, apoio do Estado etc.) para se *manterem vivos*, perfazendo um mosaico nas formas de uso e exploração da terra em Goiás.

A agroindustrialização impulsionada pelas necessidades das empresas nacionais e transnacionais propiciou a incorporação de vastas áreas de Cerrado, até então não-aproveitadas *racionalmente* à agricultura comercial/empresarial o que provocou mudanças significativas na paisagem regional (na organização espacial e na existência de outras modalidades de trabalho e de ordenamento territorial). As migrações campo-cidade e principalmente de outras áreas para Goiás em busca de melhores condições de vida alteraram profundamente a dinâmica das cidades existentes.

Essa nova Geografia, que se territorializa no cultivo de soja e nas novas pastagens, nas franjas da Amazônia e da Caatinga (áreas do Norte e do Nordeste) e na expansão dos canaviais e das plantas processadoras, no Centro-Sul, é a principal ação das campanhas milionárias de *marketing*, por meio das quais o capital impõe sua “leitura” de moderno e de tecnificado, e é pelo mesmo caminho que setores expressivos da sociedade entendem ser essa a *bola da vez* para o desenvolvimento social e econômico e abertura de postos de trabalho. Considerando o processo geral e as dinâmicas específicas das diferentes expressões do capital agro-industrial-químico-alimentar-financeiro e suas respectivas composições societárias, cada vez mais presentes e marcantes parcelas do capital estrangeiro, está-se diante de uma *nova* divisão territorial do trabalho. (THOMAZ JUNIOR, 2007).

O Cerrado é um ambiente extremamente explorado especialmente pela agricultura modernizada, que nos últimos trinta anos, modificou as paisagens (cumulativos de tempos), com destaque para os extensos chapadões que se tornaram imensos “mares” de soja. Os camponeses e pecuaristas tradicionais que não sucumbiram à modernização capitalista foram “empurrados” para as áreas com declividade acentuada e/ou para os fundos de vales, onde ainda resistem camponeses e alguns pecuaristas tradicionais. A construção de barragens nos rios do Cerrado desaloja esses sujeitos que deixam de ser produtores e se tornam tão somente consumidores, potencializando os já graves problemas urbanos, além de afogar as últimas áreas de refúgio de fauna e flora típicas do bioma Cerrado. (MESQUITA, 2004).

O capital tende a ordenar o espaço a partir de uma centralidade difusa, substituindo a antiga concentração piramidal pelo poder resultante da gestão fluída e flexível das *redes*. Assim, qualquer análise acerca da territorialização do *agrohídonegócio* nas áreas de Cerrado necessita ser pensada a partir da lógica de expansão do capital industrial e financeiro, materializado nos complexos agroindustriais, conformando substanciais alterações na forma de uso e exploração da terra.

## **EXPERIÊNCIAS E SENTIDOS EM DISPUTA: SABERES/FAZERES, MEMÓRIA DA TERRA X SOJA, EUCALIPTAIS, CANA-DE-AÇÚCAR E BARRAGENS...**

A leitura das transformações agrárias no espaço do Cerrado necessita compreender o movimento do capital, a permanente autoexpansão impulsionada pela agudização das contradições e as novas formas de controle social sobre o trabalho, com o intuito de (des)qualificar a ação política dos trabalhadores e/ou dos sujeitos sociais das *áreas cerradeiras*. A criação deliberada de novos objetos e equipamentos técnicos, que incorporados ao Meio, aparecem como objetos geográficos, possibilitou mudanças bruscas nas formas de produzir. O impacto sobre as atividades tradicionais foi intenso, e os problemas decorrentes foram mascarados sob pena de comprometer o avanço do capital e de incentivar os movimentos sociais e ambientalistas para as causas sociais e ambientais do Cerrado.

Guilherme Cassel em artigo no Jornal Folha de São Paulo (julho de 2007), diz que a agricultura familiar/camponesa é responsável por cerca de 60% dos alimentos que chegam à mesa das famílias brasileiras. Esses dados oficiais demonstram a importância desse setor da economia brasileira, quase sempre, relegado ao esquecimento por parte das políticas públicas no país.

Para os produtos oriundos das lavouras permanentes, as marcas em favor das pequenas unidades de produção são expressivas: 76,0% do algodão arbóreo; 85,4% da banana; 70,4 do café em coco. Tudo isso reflete na superioridade das pequenas unidades de produção (56,8%) no valor da produção (animal e vegetal), e também nas *commodities* (laranja, café e cacau), enquanto as médias detêm 29,6% e as grandes 13,6%. Em relação ao pessoal empregado, essas grandezas se repetem, pois de um total de 18.000.000 de trabalhadores, as pequenas unidades representam 87,3% e as grandes apenas 2,5%. É importante enfatizar que mesmo diante da superioridade das pequenas unidades, os latifúndios “escondem” a terra improdutiva, sabendo-se que, historicamente, o papel da grande propriedade no Brasil é de servir como reserva patrimonial de valor para as elites e setores hegemônicos, ao contrário das pequenas, que sempre se vinculam à produção, daí sua participação destacada no agronegócio. (OLIVEIRA, 2004).

Esses dados reforçam o contraponto às teses que apresentam a homogeneização espacial a partir da modernização conservadora da agricultura, centrada nas grandes empresas rurais e empreendimentos barrageiros (*agrohidronegócio*) que promovem intensa degradação ambiental e não cumprem a legislação trabalhista. A alternativa, a nosso ver, está na leitura do território a partir da Geografia, enquanto uma ciência que objetiva compreender o processo de apropriação e produção do espaço, portanto, visa, destacadamente, compreender a produção dos territórios.

É necessário partir da compreensão de que os territórios são urdidos, tecidos, desenhados e redesenhados, a partir das ações políticas forjadas no cotidiano, mas, também partir do entendimento de que esses territórios são tramados nas relações entre as *personas* do capital e os trabalhadores. Não são apenas territórios luminosos e/ou opacos, são territórios que denotam relações de poder, conforme a correlação de forças existentes.

Caso não percebamos as diferenças que teimam em persistir diante da tão propalada homogeneização espacial, não conseguiremos enxergar as tramas urdidas no processo de produção dos territórios. Não é possível estabelecer, conforme o desejo do mercado, o discurso de que todos podem ser bons empreendedores. Ledo engano. A tentativa de uniformizar e padronizar as diferenças evidencia a habilidade dos protagonistas (empresas transnacionais, Estado) que não querem reconhecer a existência milenar de diferentes formas de uso e exploração da terra, estas coadunadas com as necessidades do Homem e do Meio.

Na dimensão teórica faz-se importante recorrer a Thompson (1981) com o conceito de experiência para compreendermos, como um *conceito distante*<sup>3</sup>, como de camponês, relações de reciprocidades, memória, dentre outros podem ser estabelecidos. O autor diz que o que descobrimos está num termo que falta: a experiência humana. Os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura.

Ao vivenciarem suas experiências, esses sujeitos produzem representações sobre si, sobre o mundo e sobre sua ação neste mundo. Cândido (1979) nos apresenta um estudo sobre a vida caipira paulista, buscando apreender os traços constitutivos daquilo que compõe o tipo tradicional do ser caipira. Assim as dimensões da alimentação, habitação, costumes, compõem e reafirmam o que é a cultura do homem do campo.

Essas abordagens nos auxiliam a compreender as tramas espaciais considerando o aprendizado coletivo dos sujeitos pesquisados. Há que refletir sobre o alerta de Primavesi (2007), quando ressalta o papel do equilíbrio natural-social, mencionando que na natureza há muitas coisas para as quais não temos respostas e para muitas respostas dizemos: “isso não é científico”! Nesses casos devemos aprender com os sujeitos que ali vivem, pois aprenderam a partir da observação e da experiência, algo que a ciência ainda não descobriu adequadamente.

---

<sup>3</sup> GEERTZ, C. Do ponto de vista do nativo: a natureza do entendimento antropológico. In: O saber local - Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

Essas lições sequer são lembradas pelo capital. O *agrohidronegócio* é o portador do progresso, que, ao ser ideologizado pelas elites, se efetiva, enquanto materialidade capitalista. Por isso não se deve desconsiderar os seus aspectos negativos, uma vez que forja um pacto de alianças, não apresentando as contradições que são, inclusive, condição para a sua operacionalização. A construção de ações políticas a partir de elementos sócio-culturais que asseguram nichos identitários e o permanente diálogo com o mundo denota a compreensão de que as questões reivindicadas estão situadas na articulação do lugar com o mundo e vice-versa, apontando para novas sociabilidades aceleradas pelo movimento do capital agroindustrial e financeiro. É nessa interlocução com o *sistema mundo* que se singularizam e, buscam se afirmar, a partir dos *constructos* políticos e culturais.

São essas motivações/ações que nos farão extrair entendimentos e conhecimentos das respectivas relações sociais vivenciadas pelos trabalhadores, e que podem se externalizar por meio de diferentes atividades (nos campos e nas cidades), como também incidir em mais de uma modalidade para um mesmo trabalhador – daí o conceito de plasticidade ocupar importante contribuição explicativa sobre a dinâmica geográfica do trabalho –, a partir do momento em que realizam diferentes atividades laborativas, em territórios e momentos também diversos e sem nenhuma unidade teórica e analítica que coloque em evidência a atualidade da fragmentação do trabalho.

Nesse sentido, as práticas agroecológicas, algumas resgatadas e modificadas em acordo com as novas necessidades técnicas podem expressar a resistência dos camponeses associada aos consumidores que passam a exigir produtos mais saudáveis, inaugurando uma relação diferenciada com o Meio. Essas ações permitem a busca por uma alimentação saudável e propicia a união de esforços na defesa da reforma agrária, no apoio aos homens e mulheres que lavram a terra e, se colocam, contra as agressões ao meio ambiente. Isso pode apontar a unificação orgânica do trabalho, em que os trabalhadores (no campo e na cidade) se juntam para reivindicar novas formas de produção e novas relações de trabalho, valorizando as ações rumo à soberania alimentar.

Essa reflexão é fundamental para a Geografia, pois o que está em jogo é a defesa dos territórios (camponês, indígena, quilombola, ribeirão, seringueiro, cerradeiro). A defesa das condições de vida e de relações adequadas com a natureza é possível a partir da garantia da permanência e do acesso a terra através de uma reforma agrária que assegure dignidade aos trabalhadores/camponeses e que consiga incorporar os saberes da vida.

Assim, deve levar em conta as especificidades do solo, do clima, dos recursos hídricos e, principalmente os *saberes-fazer*s, as experiências e vivências dos sujeitos rumo ao fortalecimento da luta pela terra e pela reforma agrária, pois o que está em jogo não é apenas a sobrevivência do capital, mas a produção de alimentos e sua adequada distribuição para assegurar plenas condições de vida para a maioria da população mundial.

A luta contra as barragens e a luta pela terra são ações que objetivam a sobrevivência digna para milhares de famílias, configurando-se em luta concreta pela cidadania. É a partir dessa compreensão que se utiliza a categoria movimentos sociais como condição para efetivar as leituras geográficas, a partir do confronto capital x trabalho na disputa pelo território. A identificação de perspectivas emancipatórias, considerando o direito à diferença, se coloca como um divisor de águas entre a razão hegemônica pelo capital e as racionalidades que pululam e teimam em *(Re)Existir* pelos diversos territórios, configurando distintas territorialidades.

Os movimentos sociais que lutaram e lutam pela terra, pela água e contra as barragens, pela cidadania plena são legítimos produtores do espaço geográfico, denotando distintos territórios e diferentes formas de concreção espacial, ou seja, as territorialidades. Quando nos referimos aos modos de vida dos *Povos Cerradeiros* trata-se da forma como se realiza a vida cotidiana, envolvendo os modos de fazer, ser, interagir e representar, produzidos socialmente.

### **AS (RE)EXISTÊNCIAS...**

Os homens se relacionam a partir do processo de produção e no campo essa relação é

baseada no cultivo e no labor com a terra, uma prática econômica e sociocultural que entrelaça diversos sentidos. Para apreender como esses sujeitos *marcam e demarcam* seus territórios e temporalidades torna-se fundamental ter como referência o tempo da natureza, que é o de plantar, o de colher, o de armazenar, mas também é o de comer e o de festejar.

O que nos interessa é a partir da dimensão espacial da modernização do capital nessas terras, compreender o *universo camponês* e as formas de *(Re)Existência* construídas. Essas ações são permeadas por lutas pela permanência na terra, mas também por variadas dimensões do ser camponês, como as práticas socioculturais (religiosidade, festas, atividades políticas e oferta/recebimentos de demão, mutirões, “traições”, enfim, o trabalho coletivo etc.) que firma e estabelece laços de solidariedade, possibilitando resolver questões do cotidiano.

Outro aspecto, não menos importante, é fazer o contraponto às ações desenvolvidas pelo *agrohidronegocio* nas áreas de Cerrado, tidas e havidas, como a única forma de uso da terra que gera trabalho, renda e inclusão social, melhorando a vida de todos. Assim, o foco é (des)construir as falácias implementadas pelos empresários rurais e seus apoiadores, sustentados pelo Estado e pelo capital agroindustrial, químico e financeiro transnacionalizados. As transformações no campo, a partir da implementação dos novos sistemas técnicos e tecnológicos, alterou os modos de vida dos trabalhadores/camponeses, mas também trouxe *(Re)Existências*. Compreendemos *(Re)Existência*, como a associação da defesa da *terra de trabalho* às novas ações políticas (protestos, marchas, fechamento de rodovias, ocupação de prédios públicos etc) fortalecidas pelas práticas socioculturais.

Esse processo possibilitou aos trabalhadores/camponeses a constituição de várias *(Re)Existências*, seja nas práticas pedagógicas e/ou socioculturais, seja na ação política na luta contra a desterritorialização, na luta pelo acesso a terra e na luta pela reforma agrária, na luta pela água e contra as barragens, configurando a defesa dos *territórios da vida*. Embora diversas ações dessa natureza tenham ocorrido ao longo da história, há que considerar que, com a modernização capitalista no campo, os *constructos* políticos e ideológicos foram fortalecidos, pois afirmavam a necessidade de aceitar o moderno e, para isso, era preciso desenraizar-se.

[...] para ser moderno havia que negar as raízes rurais, os valores, os comportamentos, as formas de expressão cultural, enfim, a tradição. Ainda, era necessário se revestir dos valores e das ações que chegavam, trazidas pelo capital industrial e financeiro que apontavam novas necessidades de consumo. Mais tarde, à medida que os trabalhadores foram tendo acesso aos bens produzidos, também incorporaram os novos objetos, reelaboraram suas ações, mas não abandonaram por inteiro as sociabilidades construídas nas áreas rurais, constituindo *sociabilidades híbridas*. As práticas solidárias de ajuda mútua, mutirão, companheirismo, compadrio e festas religiosas, entre outras, foram transpostas para as áreas urbanas, possibilitando uma simbiose diversa e riquíssima entre experiências intercambiadas no processo de desterritorialização dos *Povos Cerradeiros*. (MENDONÇA, 2004 p. 137).

As práticas sociais e culturais, tipicamente rurais, reconstruídas nos espaços urbanos possibilitam a criação de ações políticas que podem fundir a luta pelos direitos básicos de existência na cidade (moradia, saneamento básico, saúde, educação etc.) com a necessidade da reforma agrária, diante da territorialização dos movimentos sociais que lutam pela terra. A relação cidade-campo apresenta novos contornos que podem potencializar a luta por dias melhores, tanto no campo, com a exigência da reforma agrária, quanto na cidade pelas políticas públicas de gestão do espaço urbano, conforme as necessidades das classes trabalhadoras. Assim a agricultura camponesa se caracteriza pela relação complexa entre terra, trabalho e família e o resgate do cultivo e da cultura com práticas agroecológicas (exemplo o cultivo de sementes crioulas), além de constituir o sustento e a soberania alimentar, garante a *(Re)Existência* histórica e cultural dos trabalhadores/camponeses.

Sabe-se que é possível (des)construir as informações que sustentam os mitos do *agrohidronegocio*. Todavia, essa atitude implica um posicionamento político e científico que, quase sempre, intelectuais e demais agentes formadores de opinião não desejam e não querem. São muitos os interesses das oligarquias financeiras oligopolizadas, ansiosas pe-



las fatias de mercado e por impor novos padrões de consumo a partir da transgenia e da comercialização de novos pacotes tecnológicos, que nos deixam “saudosos” das famigeradas medidas implementadas pela Revolução Verde.

Torna-se fundamental se debruçar sobre a geopolítica da água e/ou dos novos recursos, tais como a sociobiodiversidade, as práticas socioculturais que movem e expressam outras racionalidades, portanto, cosmovisões que, paulatinamente, estão sendo apropriadas e incorporadas ao *modus vivendi*. Há que ter cuidado com os discursos afoitos e as decisões apressadas que aprontadas para dar respostas à crise do capital, não podem e jamais poderiam significar mudanças no processo de produção social, pois na essência o controle do capital se efetiva, de forma mais sutil, mas também de forma mais eficaz, pois travestida de ações humanizadoras agrega pesquisadores, setores progressistas, Organizações não Governamentais, partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais que com a *espetacularização* dos fatos, aplaudem sem saber ao certo os sentidos e os significados dessas investidas.

Não é possível fazer a defesa da agroenergia como uma das soluções para a questão ambiental, embora é sabido que pesquisas sobre fontes alternativas são fundamentais, desde que os seus resultados sejam disponibilizados para os interesses da maioria e não para serem mercantilizados para aqueles que podem pagar mais. Por outro lado, não se pode negar que os agrocombustíveis estão ocupando solos que produzem grãos, impactando a oferta de alimentos no mercado mundial, provocando a elevação dos preços. A questão central é perceber que a agroenergia, os agrocombustíveis e similares fazem parte de uma necessidade de expansão das condições de produção/reprodução do capital, mediante a necessidade histórica de manter os padrões de acumulação.

Certamente, é necessário repensar que a civilização contemporânea se baseia na utilização acelerada dos combustíveis fósseis e isso é um dos principais agravantes para assegurar a (in)sustentabilidade ambiental no Planeta. Entretanto, não se pode dissociar essa proposta da necessária discussão sobre as formas de produção e o acesso aos bens produzidos socialmente. O receio é que se fazermos uma reflexão qualificada, daqui a algumas décadas tenhamos veículos movidos a hidrogênio possíveis de serem adquiridos, mas concentrados nas áreas limpas (ricas) em função da manutenção das relações de poder entre as economias mundiais.

Em Goiás, em publicação recente realizada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Regional, Castro et. al (2007), destaca que das 103 usinas listadas (18 em operação, 29 em implantação, 41 com projeto aprovado e 15 com projeto em análise), 77 concentram-se no Sul Goiano, área de maior concentração de infra-estrutura e populacional. Destaca que a questão ambiental (solo, água) deve ser uma preocupação fundamental, pois:

[...] mais da metade do território goiano (cerca de 60%) contém solos com elevada a moderada aptidão agrícola para a cultura da cana e relacionada principalmente a latossolos, argissolos e cambissolos, onde 17 mil km<sup>2</sup> respondem pelo alto potencial e 85 mil km<sup>2</sup> pelo moderado. Em ambos a prática irrigada poderá significar uma maior pressão sobre a oferta hídrica, relacionada principalmente à necessidade de irrigação, em consequência da forte sazonalidade e possível baixa disponibilidade de água nos solos [...] (CASTRO et al., 2007, p. 17).

Ainda acrescenta o que mencionamos anteriormente, sobre a substituição e ou a redução das áreas dedicadas ao uso agropecuário, destacando-se o uso agrícola: “Considerando-se o uso dos solos, aproximadamente 60% das usinas estarão instaladas em áreas de uso agrícola associado a culturas anuais em 2003, o que revela tendência de substituição de áreas já tradicionalmente agrícolas praticadas sobre solos com melhor potencial do estado.” Castro et al (2007, p. 17).

A principal ameaça é a atuação predatória das grandes empresas transnacionais nos países mais pobres, principalmente na América Latina, na África ou na Ásia. Essas empresas pressionam os governos a adotarem políticas que restringem o acesso das populações mais necessitadas aos recursos hídricos. A estratégia dos conglomerados empresariais internacionais apoiados pelos Estados dependentes, dentre eles o Brasil, consiste na monopolização da água para a viabilização de grandes projetos, como a construção de grandes

barragens (energia, irrigação, hidrovias etc) para assegurar reservas d'água, visando garantir a acumulação de recursos para a produção de mercadorias e um maior controle sobre as populações empobrecidas nessas localidades.

Exemplificando, que possamos fazer uma reflexão sobre a ação dos empreendimentos barrageiros. Apenas no Estado de Goiás estão previstas a construção de quase uma centena de usinas hidroelétricas (Pequenas Centrais Hidrelétricas com capacidade instalada de produção inferior a 30 MW e Usinas de Aproveitamento Hidrelétrico acima de 30 MW), controladas por grandes transnacionais da energia, destacando-se a Alcoa e a Tractebel Energia.

Nas áreas de Cerrado e, particularmente, no Estado de Goiás (berço das águas) são fundamentais informações científicas da rede hidrometeorológica, bem como, das condições de acesso/uso, principalmente diante das investidas dos megaprojetos hidroelétricos transnacionais que visam assegurar a produção de energia barata para os grandes conglomerados industriais eletrointensivos. Ainda, há que observar a proliferação desenfreada de lagos artificiais de diversas dimensões para assegurar a irrigação sem os procedimentos adequados para atender a demanda das atividades agroexportadoras.

Não resta nenhuma dúvida sobre a *reinvenção* de nomenclaturas, quase sempre, para garantir as velhas formas de sustentação das relações de poder, centradas nas mãos de poucas grandes empresas transnacionalizadas, configurando as disputas pelos territórios sob o argumento de “acabar com a fome”. A fome é uma questão política e não se deve crer que o capital esteja preocupado em incentivar o agronegócio dos agrocombustíveis para diminuir os impactos ambientais e sociais, mas muito mais para ampliar as condições de geração de lucros, aumentando a produção de mercadorias e não de alimentos, uma vez que para ter acesso aos alimentos há que ter *dinheiro*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexificação das configurações geográficas a partir das alterações na forma de produzir valor (desemprego conjuntural e estrutural) promoveram a mais cruel realidade para grande parcela dos trabalhadores brasileiros, sendo que, o empobrecimento é significativamente maior entre os trabalhadores oriundos da terra.

Vive-se a espetacularização de alternativas, aparentemente novas, para manter as velhas formas de produção do capital. Isso implica em criar e fortalecer ações que questionam a natureza da produção social na contemporaneidade, buscando, efetivamente, repensar os territórios a partir do conflito, da disputa, da contradição.

Isso só é possível a partir da ação dos movimentos sociais. Mas, persistem as travagens impostas pelo estranhamento, impedindo que os trabalhadores concebam o *espaço da produção* enquanto um *espaço social* cheio de possibilidades libertadoras. A força dos movimentos sociais reside no processo permanente de espoliação e superexploração vivida pelos trabalhadores, que atira todos os dias, milhares de famílias na *indigência assistida*. As mudanças no processo produtivo empurram os trabalhadores para as formas precarizadas de trabalho, destacando-se a informalidade, o subemprego, as múltiplas formas terceirizadas e subcontratadas de trabalho e, ainda, a *responsabilização social* desses sujeitos sociais pelas crescentes condições de miserabilidade.

Por fim, preocupam as condições de trabalho em que a maioria dos trabalhadores são submetidos. Os casos de trabalho escravo estão tomando as páginas dos jornais e, lembramos que parcela significativa, acaba não sendo conhecida do público. Entre as diversas denúncias de trabalho escravo no Brasil, o *agrohidronegócio* de destaca, mas temos que perceber que nos grandes centros urbanos e empresas, tidas como cumpridoras da legislação trabalhista, estão mergulhadas na fétida lista de utilizarem trabalho escravo.

Esse é o caso das Lojas Marisa em que a Superintendência Regional do Trabalho e do Emprego do Estado de São Paulo, no dia 18/02/2110, encontrou trabalhadores bolivianos em condições análogas à escravidão em oficinas de costura. Isso demonstra a natureza destrutiva do capital, independe se no campo ou na cidade.

Outro aspecto não menos relevante é a aquisição de terras pelo capital estrangeiro.

Estima-se que cerca 4,3 milhões de hectares foram comprados por estrangeiros. “Na maior parte das vezes, o capital ‘gringo’ destina-se a subsidiar atividades ligadas ao agronegócio, como a produção de grãos (soja, milho e demais), cana-de-açúcar, algodão (NASCIMENTO, 2009, p. 01). No setor sucroalcooleiro existem informações em que cerca de 20% da capacidade produtiva já está nas mãos do capital agroindustrial e financeiro estrangeiros. Refletir, pesquisar e se posicionar sobre essas realidades espaciais é tarefa de todos aqueles que se preocupam com uma sociedade mais humana, inclusive, para evitar que os erros históricos na forma de apropriação do espaço não se repitam. Denúncias de maus tratos aos trabalhadores, escravidão etc. que, infelizmente, ocorrem diariamente não podem fazer parte do processo de (des)envolvimento. Chega de descaso social e ambiental em nome do progresso.

Compreender que as ações implementadas pelo *agrohidronegócio* são possíveis no marco regulatório do Estado capitalista é um desafio, por conta dos compromissos e interesses entre as classes hegemônicas. Entretanto, o que podemos fazer, minimamente, é exigir o cumprimento da legislação trabalhista e ambiental. Ainda deve-se reivindicar o zoneamento econômico-ecológico, a agregação de valor aos produtos conforme o interesse das populações tradicionais, o aproveitamento adequado dos potenciais produtivos dos territórios, políticas públicas eficazes para a agricultura familiar/camponesa etc., e, isso, exige disposição política, compreensão da realidade sócio-econômica e participação efetiva da sociedade. As tarefas não são fáceis, por isso é preciso (*re*)agir rumo a compreensão de que todas essas ações são mitigadoras, pois enquanto perdurar as formas de produção capitalistas a ameaça à sobrevivência de bilhões de homens e mulheres será uma constante.

## REFERÊNCIAS

- ARCILA, R. A. R. (Comp.). **SABERES DE VIDA**: POR EL BIENESTAR DE LAS NUEVAS GENERACIONES. SIGLO DEL HOMBRE EDITORES, UNESCO/BOGOTÁ, 2004.
- ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. v.5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARTRA, A. Marginales, polifônicos, transhumantes: los campesinos del milênio. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org). **Geografia agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.85-103.
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- CARVALHO, H. M. de. **Sementes** – patrimônio do povo a serviço da humanidade (subsídios ao debate). 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASSEL, G. **Agricultura familiar**: escolhas e desafios. In Folha de São Paulo: Tendências/Debates, 30/07/2007.
- CASTRO, S. S. de. et al. Estudo da expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás: subsídios para uma avaliação do potencial de impactos ambientais. In: **Impactos econômicos, sociais e ambientais no cultivo da cana-de-açúcar no território goiano**. Caderno Temático, II Fórum de C&T no Cerrado, outubro de 2007.
- GONÇALVES, C. W. P. **Da geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. 2003. Disponível em [www.cibergeoagbnacional.com.br](http://www.cibergeoagbnacional.com.br) – Acesso em janeiro de 2004.
- GEERTZ, C. et al. (Org.). Do ponto de vista do nativo: a natureza do entendimento antropológico. In: **O saber local** - novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GERMANI, I. G. **Expropriados terra e água**: o conflito de Itaipu. Salvador: UDFBA/ULBRA, 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. Rio de Janeiro, v.22, p.1-47, 2007. 1 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa mensal de emprego**. Rio de Janeiro, 2002 (Série Relatos Metodológicos, v. 23).

MALVEZZI, R. **Hidronegócio**. In: III Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra. 14 a 18 julho de 2005. Goiás, p 31 a 36.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 459p. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2004.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura**. Um caso em Catalão-Goiás. [Mestrado]. Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, 1993.

MESQUITA, H. A. - As barragens para aproveitamento hidrelétrico (AHE): a mais recente ameaça ao bioma cerrado. *Revista da UFG, Vol. 7, No. 01, junho 2004, on line* (www.proec.ufg.br)

MOONEY, Pat Roy. **O século 21**: erosão, transformação tecnológica e concentração do poder empresarial. São Paulo, Expressão Popular, 2002.

MONTAGUT, X.; DOGLIOTTI, F. **Alimentos globalizados** – soberania alimentaria y comercio justo. 1ª ed., Barcelona: Icaria Editoria S.A, 2006.

NASCIMENTO, L. J. **4,3 milhões de hectares de terras agrícolas brasileiras pertencem a estrangeiros**. Só Notícias. Disponível em: <http://www.observatoriodoagronegocio.com.br/page7/page7.html>. Acesso em julho de 2010.

NOVÁS, A. **El hambre en el mundo y los alimentos transgênicos**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2005.

OLIVEIRA, A. U. de. **Barbárie e modernidade**: o agronegócio e as transformações no campo. Cadernos do XII Encontro Nacional do MST. São Paulo: MST, 2004.

PRIMAVESI, A. M. **Agroecologia**: práticas e saberes. Conferência de Abertura do I Simpósio Sobre Agroecologia do Sudeste Goiano, realizado em abril/2007 na UFG/Campus Catalão.

REIS, M.J. & BLOEMER, N. M. S. (Orgs.). **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

RIBEIRO, S. Camponeses, biodiversidade e novas formas de privatização. In: **Sementes** – patrimônio do povo a serviço da humanidade (subsídios ao debate). 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

SACHS, Ignacy. **A expansão da agro-energia e seus Impactos sobre os ecossistemas brasileiros**. Rio de Janeiro, 26-27 de março de 2007. [http://www.fbds.org.br/Apresentacoes/4\\_integracao\\_Agric\\_Fam\\_I\\_Sachs.pdf](http://www.fbds.org.br/Apresentacoes/4_integracao_Agric_Fam_I_Sachs.pdf). Acesso em 15 de junho de 2008.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo - razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCANDIFFIO; M. I.G; FURTADO, A. T. **Etanol**: riqueza nacional adormecida. **ComCiencia** - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. 2007. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=23&id=261>. Acesso em 07 de junho de 2008.

THOMAZ JUNIOR, A. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira. *Informações Econômicas*. São Paulo, v. 30, n. 4, abr. 2000.

THOMAZ JUNIOR., A. Por uma cruzada contra a fome e o agrohídronegócio nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado”, Presidente Prudente, Revista Pegada, v.9, n.1, 2007. p. 7-33.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

THOMPSON, E. P. **Tradicón, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária na Inglaterra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** - estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **Miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WWF (World Wide Fund for Nature) BRASIL. **Expansão agrícola e perda da biodiversidade do cerrado**: origens históricas e o papel do comércio internacional. v. VII, Brasília: Série Técnica, nov. 2000.

